

<http://dx.doi.org/10.26694/pensando.v15i35.5379>

Licenciado sob uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0>



POLÍTICA E EDUCAÇÃO EM PAULO FREIRE: AS AMEAÇAS À DEMOCRACIA NO FALSEAMENTO DE VERDADES

*Politics and education in Paulo Freire:
The threats to democracy in the falsification of truth*

Fábio Abreu dos Passos
UFPI

Resumo: O ofício de filosofar é, em certa medida, emitir juízos de valor, que sejam capazes de tencionar fenômenos que transcorrem no interior do mundo comum. A base de sustentação de tais juízos é, em princípio, reflexões críticas e aprofundadas. Para que o dever de criticar – e externalizar essa crítica em forma de juízos – seja exercido com “honestidade” é preciso, prioritariamente, não falsear a realidade sobre a qual se volta nossa criticidade. Se, como assevera Paulo Freire, a crítica é um dever que ajuda a estabilizar os alicerces da democracia, esta crítica não pode ser construída a partir de uma imagem inverosímil de “alguém” ou de “alguma coisa” pois, dessa forma, estaríamos contribuindo para que a democracia fosse atacada em suas bases constitutivas. É dessa forma que voltar-se para o dia 31 de março de 1964 como um ato “revolucionário”, que salvou o Brasil de uma ameaça comunista, é uma forma cabal de “criticar” a realidade a partir de um falseamento da mesma. O objetivo do presente artigo é refletir acerca da contribuição das reflexões de Paulo Freire para a edificação de uma autêntica e salutar relação entre política e educação, ao mesmo tempo em que procurarei me voltar reflexivamente para as ameaças que incidem sobre a democracia quando se realiza um falseamento de verdades. Para tanto, utilizarei como aporte teórico prioritário o ensaio de Paulo Freire “Do direito de criticar – Do dever de não mentir ao criticar”, copilado na obra *Política e Educação: ensaios*.

Palavras-chave: Crítica. Verdade. Ditadura Civil-militar. Paulo Freire. Política e Educação.

Abstract: The craft of the art of philosophizing is to issue value judgments, which are capable of putting pressure on phenomena that take place within the common world through critical reflection. In order for the duty to criticize to be exercised with “honesty”, it is necessary, as a priority, not to distort the reality on which our criticism is focused. If, as asserted by Paulo Freire, criticism is a duty that helps lay the foundations of democracy, this criticism cannot be built from a credible image of a “someone” or “something” because, in that way, we would be contributing to attack democracy in its constitutive bases. It is in this way that referring to March 31, 1964 as a “revolutionary” act, that saved Brazil from a communist threat, is a complete way of “criticizing” reality based on its falsification. The objective that we intend to achieve in this article is to reflect on the contribution of Paulo Freire's reflections to the construction of an authentic and healthy relationship between politics and education, at the same time I will point out the threats that exist for democracy when a falsification is carried out. of truths. To do so, I will use as a priority theoretical contribution the essay by Paulo Freire “On the right to criticize – On the duty not to lie when criticizing”, compiled in the book *Politics and Education: essays*.

Key-words: Criticism. True. Civil-military dictatorship. Paulo Freire. Politics and Education.

Introdução

O texto por mim elaborado, “Política e educação em Paulo Freire: as ameaças à democracia no falseamento de verdades”, se enquadra naquilo que comumente denominamos de Filosofia brasileira. Com isso, parece que a contenda entre Filosofia *do* e *no* Brasil, que problematizava se havia uma filosofia autenticamente brasileira, ou se em terras tupiniquins só havia ensino de filosofia, foi superada. Assim, esta problematização, que é tencionada de maneira fecunda por autores como Ivan Domingues e Paulo Margutti, parece ter se desidratado, uma vez que já há um consenso entorno do fato de que existe filosofia *do* Brasil. Contudo, ambos os autores concordam que há uma tradição exegética europeia que mitiga o avanço da filosofia *do* Brasil.

Nossa tradição de pensamento filosófico bebe na fonte de nossa origem colonial e da tradição ibérica. Como resultado, nossas reflexões de cunho filosófico possuem um caráter demasiadamente exegético, que “[...] pode ser explicada através da maneira pela qual se ensina a filosofia entre nós, principalmente nos casos das instituições ligadas à ANPOF¹ e à Sociedade Brasileira de Filosofia” (Margutti, 2018, p.225). É fato incontestável que o pensamento filosófico necessita se apoiar sobre um trabalho prévio exegético, para que o fecundo diálogo com as mais diversas correntes filosóficas possa nutrir a busca de significação dos fenômenos do mundo comum. A problematização apontada por Margutti e endossada por Ivan Domingues, como veremos mais adiante, é que nossos centros universitários, em sua grande maioria, formam pesquisadores e pesquisadoras da área de filosofia para serem única e exclusivamente comentadores de textos clássicos, “[...] sem nenhum estímulo à reflexão pessoal e independente” (Margutti, 2018, p.225). Esta assertiva aponta para o fato de que a atuação do pesquisador(a) de filosofia está deveras afastada da realidade brasileira, pois não se nutre e não se volta para temas caros à nossa realidade, como, por exemplo, a Ditadura civil-militar brasileira, tema considerado “menor” em comparação aos temas clássicos: temas legados pela tradição de pensamento europeu. Nosso enclausuramento em nossas “torres de marfim”², em nossas estereis contemplações, que nos fazem debruçar sobre a filosofia de pensadores europeus e norte-americanos, sem utilizarmos das ferramentas conceituais legadas por esses pensadores para tencionarmos nossa realidade, dista enormemente do que é, verdadeiramente, uma reflexão filosófica, que deve se espantar com a realidade que nos circunda na tentativa de buscar compreendê-la. “Em virtude dos aspectos apresentados acima, a nossa prática filosófica tem sido marcada por uma série de cacoetes acadêmicos, como, p. ex.: a redação de artigos que, muitas vezes, não passam de trabalhos escolares bem escritos e sem originalidade” (Margutti, 2018, p. 227).

O acolhimento de problemas europeus e norte-americanos como se fossem nossos configura-se como um dos equívocos que marcam nosso modo de realizar reflexões filosóficas. O tomar para si problemas de outros países e continentes sempre vem embrulhado na máxima de que são “problemas universais”: mais um ingrediente do nosso colonialismo filosófico que deitou raízes firmes em nosso ambiente acadêmico. A pretensão de uma filosofia universal, que possui seu nascedouro na elaboração de um sujeito transcendental e universal é mais um engodo que atrofia nossa reflexão filosófica. O sujeito universal só o é “universal” em sua suposta pretensão, pois ele não é capaz de

¹ Importante salientar que nos últimos anos, tem havido, por parte daqueles que estão à frente da coordenação da ANPOF, bem como de inúmeros pesquisadores e pesquisadoras, um grande esforço de trazer para o cenário de discussões e reflexões filosóficas temas que, até em tão, eram pouco explorados. Como exemplo, podemos citar “Ensino de Filosofia”; “Filosofia e Decolonialidade”; “Pensamento dos Povos Originários”; “Filosofia Africana e Afro-Brasileira”; “Mulheres na Filosofia”; “Filosofia DEF”.

² “Uma filosofia que concebe a verdade e a comunicação como uma e mesma coisa abandonou a proverbial torre de marfim da mera contemplação. O pensamento se torna prático, ainda que não pragmático; é uma espécie de prática entre homens, não um desempenho de um indivíduo em sua solidão auto-escolhida” (Arendt, 2008, p.95).

abarcam, em seu seio, mulheres e homens, negros, comunidade LGBTQIAPN+, pessoas obesas, idosos, pessoas com deficiência... camadas sociais que experienciam suas existencialidades fora do “seleto clube dos humanos”. Percebemos, então, que essa ideia de sujeito universal configura-se como um dos pilares que ajudaram na edificação do binarismo humanidade/subhumanidade, que divide os seres humanos em grupos separados: dos corpos que importam e dos corpos que não importam.³ Os corpos que não importam, marcados com o selo da abjeção, vivem em uma situação de miséria, exclusão e invisibilidade nas periferias de países do eixo Europa-EUA, bem como nos “guetos” dos países dos continentes Africanos, Sul americanos e Asiáticos. Kant, um dos progenitores do “homem universal”, assevera que os negros da África não possuem, *por natureza*, nenhum sentimento que seja capaz de se elevar acima do ridículo e que, por isso, não há um único exemplar de uma pessoa negra que tenha demonstrado possuir talentos.⁴ Portanto, para Kant, devido ao fato de que não exista negros que apresentasse algo grandioso nas artes, esse fato corrobora com sua tese de que há um fosso entre a raça negra e a raça branca, alijando, dessa forma, o negro do seleto clube do “homem universal”.

É matéria consensual entre aqueles que se debruçam em pensar uma filosofia com raízes em nosso mundo comum, que sejam capazes de construir um pensamento descolonial⁵, que o mais salutar para a construção de uma filosofia brasileira é se desvencilhar-se das amarras de um pensamento universal e se voltar para suas mazelas, emprenhando nossa faculdade do pensamento com o “há” do nosso mundo circundante.⁶

³ “Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas ‘não-vivíveis’ e ‘inabitáveis’ da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para circunscrever o domínio do sujeito” (Butler, 2020, p.18).

⁴ “Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos encantamentos. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas” (Kant, 1993, p. 75-76).

⁵ “De nossa parte, também optamos pelo uso de *descolonial* pelos seguintes motivos. Em primeiro lugar, o fato de *descolonial* ser um anglicismo sugere que seu uso em português decorreu de uma *tradução colonizada*, que desrespeita a nossa grafia em benefício de uma grafia estrangeira. Nessa perspectiva, o uso de *descolonial* como se fosse um *neologismo* e não um *anglicismo* tem o grande inconveniente de sugerir que, mesmo quando queremos exercer o pensamento descolonial, ainda estamos praticando uma forma colonizada de pensar. Ora, esse paradoxo deveria ser evitado a todo custo. Em segundo lugar, não vemos um perigo real de confusão entre *descolonial* e *descolonização*. O primeiro termo denota uma atividade crítica constante contra a *colonialidade* que nos afeta até os dias de hoje, que dificilmente será identificada com o processo histórico de *descolonização* que ocorreu no séc. XX. Além disso, contra Colaço e Damázio, podemos ver claramente que *descolonial* também denota alguma forma de *descolonizar*, embora esse último termo não seja tomado em seu sentido clássico” (Margutti, 2018, p.236).

⁶ “[...] o pensar, diferentemente do conhecer, não deixa nada de tangível após sua atividade: o pensar não dita regras de conduta moral; não capacita o homem com inovações tecnológicas e científicas e, desta feita, não edifica monumentos a partir dos quais a prosperidade poderá contemplar e usufruir. Ao contrário do conhecimento, o pensamento pode gerar absurdos e ausência de significação, mas nunca erros, os quais pertencem ao âmbito do intelecto. O pensar possui em seu cerne a necessidade urgente de ir além do mundos das aparências sem abandoná-lo ou transcendê-lo, pois é nas experiências cotidianas que se fomenta a ‘matéria-prima’, a partir da qual o pensar realiza sua atividade crítica de busca por significados. Essa necessidade impulsiona o homem a aventurar-se por caminhos que sua limitada capacidade cognitiva não suporta, mas que, mesmo assim, insiste em percorrer, como as questões relacionadas a Deus, à liberdade e à imortalidade da alma. A distinção kantiana [...] entre a faculdade de cognição, intelecto (*Verstand*) que apreende o que é dado aos sentidos e a faculdade do pensamento, razão (*Vernunft*) que busca compreender seu significado é, para nós, crucial, assim como o foi para Arendt. Esta distinção é fundamental e decisiva para as análises da faculdade do pensamento, pois ela emerge da descoberta

Foi esse movimento que Hannah Arendt realizou. Uma das maiores pensadoras do século XX fez de suas experiências os alicerces de suas reflexões filosóficas acerca da crise da política e a consequente ascensão de regimes totalitários. Foi por não se refugiar na “torre de marfim” e, desta feita, permanecer atrelada ao mundo vivido, que Arendt brindou seus leitores com obras de leitura obrigatória para aqueles que pretendem compreender as crises que marcam a Modernidade. Em que medida a experiência totalitária apresenta-se como um tema robusto e fecundo para aqueles que se detêm em refletir sobre os fenômenos políticos transcorridos na modernidade e, ao contrário, o período ditatorial brasileiro, que deve ser tencionado como um desdobramento do período de guerras mundiais e a consequente polarização ideológica-política, ser negligenciado pelos filósofos(as) da política no Brasil? Devemos nos referir aos horrores perpetrados durante a ditadura civil-militar brasileira da mesma forma que Arendt se referiu às atrocidades cometidas no totalitarismo nazista: “Mas isso não. *Isso nunca deveria ter acontecido*” (Arendt, 2008, p.77).

As mortes, desaparecimentos e torturas levados a cabo pelo Estado ditatorial brasileiro entre 1964 a 1988⁷ são tencionados por historiadores, juristas, sociólogos e antropólogos, o que corrobora com nossa tese de que para filósofos e filósofas brasileiras a ditadura é um tema relevante, salvo algumas raras exceções como Edson Teles e Vladimir Safatle. A resposta para o desdém em relação a este tema está no fato de imperar, entre nós, como adverte Ivan Domingues, uma natureza “taylorista”. Nos preocupamos em atender as demandas do Qualis Capes de produtividade: inúmeros artigos, livros e capítulos de livros que tem como mote deixar os autores clássicos mais palatáveis ao público acadêmico. Segundo Ivan Domingues, ficamos felizes ao lançar “[...] uma linha a mais [no lattes] e seguir adiante descartando e publicando, sem pensar e olhar para trás, como se fosse a coisa mais natural do mundo” (Domingues, 2017, p.39). Produzimos diariamente uma legião de *scholares*, os intelectuais de gabinete, que constroem suas reflexões pautadas exclusivamente em interpretações de textos clássicos, e não nos perguntamos sobre o impacto que mais de 20 anos de regime de exceção ainda tem sobre a tessitura de nossa malha social e sobre nossa esfera pública.

Acredito que a “formação” de filósofos pesquisadores precise voltar-se mais para o mundo comum, para se desencastelar das “torres de marfim”. Para tanto, é preciso uma educação politizada, que dê ao filósofo(a) tupiniquim as ferramentas conceituais necessárias para que ele(a) possa realizar uma crítica da realidade, sem o risco de falseá-la, pois a mentira política é um dos entraves para a consolidação de regimes democráticos.

1964: uma história ainda por ser contada

Do lado dos golpistas, que tomaram de assalto o Estado brasileiro em 31 de março de 1964, o discurso predominante é que as forças armadas foram ao encontro do apelo da sociedade, especialmente da classe média e de setores empresariais que, naqueles anos, estavam preocupados com o aumento da inflação e, fundamentalmente, com a agitação social orquestrada pelo comunismo. Portanto, justifica-se a “intervenção golpista” em prol de uma paz social. Um dos poucos setores da vida social que emitia uma voz potente conta a investida da classe média e empresarial golpistas, escamoteada pela fábula ameaça

de Kant do ‘escândalo da razão’, ou seja, o fato de que nossa razão não é capaz de nenhum tipo de conhecimento, seja ele certo ou verificável, em relação a certos assuntos dos quais ela é impelida a pensar. Portanto, diz Arendt: ‘essa distinção entre verdade e significado parece-me não só decisiva para qualquer investigação sobre a natureza do pensamento humano, mas parece ser também a consequência necessária da distinção crucial que Kant faz entre razão e intelecto’” (Passos, 2020, p. 23-24).

⁷ Para Daniel Aarão Reis, observar como e quando ocorreu o fim da ditadura militar brasileira, que segundo esse autor aconteceu através da promulgação da Constituição de 1988, não é tarefa fácil, pois alguns pensadores veem no processo de abertura política o fim da ditadura. Nesse sentido, aparece como uma questão das mais difíceis precisar como “foi extinguindo a ditadura, redefinindo-se, transformando-se, transitando lentamente para o regime democrático, mudando de pele como um camaleão muda de cores, numa lenta metamorfose que até hoje suscita polêmicas a respeito de quanto, efetivamente, terminou” (Reis, 2014, p. 15).

comunista, era a dos educadores. “Na Paraíba, Nordeste do Brasil, como de resto em todo o país, a educação constituiu um espaço tanto da manifestação contestatória ‘progressista/de esquerda’ como da manutenção da ordem decretada pela ditadura pós-1964” (Scocuglia, 2020, p. 105). A educação se destaca enquanto celeiro de contestação do golpe em curso e foi exatamente do seu âmago que floriu um dos maiores intelectuais brasileiros, dono de um pensamento crítico e esperançoso: Paulo Freire. Suas reflexões filosóficas-políticas-educacionais influenciaram milhares de pessoas que o conheceram pessoalmente ou que posteriormente tiveram contato com suas obras. Essa influência se fez sentir, prioritariamente, sobre os moradores da cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, que foram alfabetizadas pelo Método de Paulo Freire. Foi nessa cidade que a metodologia de alfabetização de jovens e adultos foi implementado, enquanto um plano piloto.

Paulo Freire (1921-1997), nascido na região nordeste do Brasil, é um dos intelectuais mais influentes e respeitados do século XX. Esta assertiva é corroborada, quando nos voltamos para a recepção de duas de suas mais conhecidas e aclamadas obras, as quais têm largo alcance acadêmico: *Pedagogia do oprimido*, que foi traduzida para mais de vinte idiomas, e *Pedagogia da autonomia*, que já vendeu mais de um milhão de exemplares.⁸ Em razão do teor de suas obras ir de encontro com as maquinarias de controle e dominação, exacerbadas pelo período ditatorial, Freire foi perseguido e teve que se exilar entre os anos de 1964 a 1980, ou seja, foi vítima do mecanismo de exclusão política e do terrorismo de Estado.⁹ Segundo as próprias palavras de Paulo Freire, “Evidentemente, eu fui preso e exilado por causa da ditadura. A ditadura militar de 1964 não só considerou, mas disse por escrito e publicou que eu era um perigoso, subversivo internacional, um inimigo do povo brasileiro e um inimigo de Deus” (Freire, 1989 *apud* Pina, 2017, [s. p.]). Seu método pedagógico era uma contraofensiva à educação bancária,¹⁰ mecânica, que aliena os sujeitos, fazendo que eles sejam assujeitados e permaneçam em um estado de docilidade e utilidade às pretensões capitalistas. Freire implementava uma educação política, conscientizadora. Paulo Freire ensinava a pensar. Contribuía na construção de “habilidades” perigosas para a manutenção de regimes autoritários. “Freire apresenta uma ideia de justiça social que se encaixa com os conceitos essenciais do significado de democracia” (Gomes; Muller, 2019, p.409). Paulo Freire tinha clara convicção que só há um método para se combater regimes autoritários: “com uma educação que humanize” (Telmo; Nolli, 2020, p.2), uma educação que tenha um papel preponderante na construção de um ator político comprometido com os princípios democráticos, que seja capaz de conviver com os demais, respeitando a pluralidade humana.

A subversão alfabetizadora

No ano de 1963, no interior do estado do Rio Grande do Norte, mas especificamente na cidade de Angicos, Paulo Freire implementou um método inovador de

⁸ No interior dessas obras “[...] são tratadas muitas questões que reafirmam a esperança na solidariedade humana e a tarefa do educador popular de construir conjuntamente com os oprimidos caminhos de libertação da opressão, reconhecendo a importância da organização coletiva das classes excluídas na tomada de consciência de sua realidade sociohistórica brasileira, profundamente desigual” (Telmo; Nolli, 2020, p.9).

⁹ “O exílio brasileiro foi consequência do aparato utilizado pelos militares para manterem-se no poder, no período de 1964/85, e atingiu homens e mulheres, sozinhos e acompanhados, adultos e crianças, que saíram do país em virtude de se tornarem alvo da ditadura. Dentre eles Paulo, Elza e seus filhos: Adalena, Cristina, Fátima, Joaquim e Lutgardes” (2018, p.206).

¹⁰ “É através do formato ‘bancário’, como observa Freire, que ‘a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante’ (2014, p. 80). Isso implica, por um lado, uma relação com o saber que se determina pela simples transmissão daqueles que sabem àqueles que precisam aprender. Para Freire, essa educação é manifestação instrumental da ideologia da opressão, que se concretiza não somente em sala de aula, mas também na forma como a sociedade opera a própria lógica de produção do conhecimento. Por outro lado, o formato bancário aliena o educando no processo de aprendizagem por não compreender a educação e o conhecimento como processos de busca, de construção e criatividade” (Telmo; Nolli, 2020, p.9).

alfabetização de jovens e adultos, que partia da realidade diária de homens e mulheres que tinham seu analfabetismo, mas um elemento de invisibilidade e discriminação social. O método freiriano de alfabetização não somente descortinava para as pessoas que entravam em contato com ele o mundo das letras, mas também funcionava como fio condutor de um processo de emancipação política. Seu trabalho de alfabetização de jovens e adultos em meados dos anos de 1960 deu visibilidade ao seu método pedagógico, fazendo com que ele fosse chamado pelo então presidente da República João Goulart (Jango) para atuar no Plano Nacional de Alfabetização (PNA). Portanto, era fácil associar Paulo Freire e seu método de alfabetização com a ideologia da esquerda comunista. Por essa característica, este método de alfabetização era visto pela ala de extrema direita brasileira como subversivo e perigoso. Essa assertiva é corroborada pelas palavras do professor Wagner da Silva Teixeira, por ocasião de seu depoimento à Comissão Nacional de Verdade¹¹ (CNV). Segundo Wagner da Silva Teixeira,

O marechal Castelo Branco participou da cerimônia final da experiência do método Paulo Freire e disse, ao final, que aquele método estava “engordando cascavéis do sertão”. Isso deixou claro o que ele estava querendo dizer com essa frase. [...] Em fevereiro de 1964, um mês antes do Golpe, a cartilha do MEB (Movimento de Educação de Base), [intitulada] “Viver é Lutar”, foi apreendida pela polícia da Guanabara e denunciada como uma cartilha subversiva, antes do Golpe. Lembrando que o governador da Guanabara na época era o Sr. Carlos Lacerda. Quer dizer, então a polícia do Lacerda apreendeu, ainda no regime democrático, uma cartilha e a acusou de subversiva, causando uma série de debates nos jornais sobre o caráter subversivo ou não da cartilha “Viver é lutar”. [...] Então, nós tivemos aí antes do Golpe duas mobilizações muito importantes em relação a isso, com o claro intuito de incluir essa população no processo político, isso estava claro para todo mundo. Os movimentos não negavam isso, diziam claramente que era um movimento de democratização da sociedade. De outro lado, parte das propostas das reformas de base, dentro da reforma política, era a inclusão do voto do analfabeto. Então, as esquerdas atuavam em duas frentes: a campanha pelo voto do analfabeto e o processo de alfabetização de adultos. Então, é nesse contexto que surge como já citei o método Paulo Freire, e surgem essas campanhas, esses movimentos de educação popular.¹²

O método de alfabetização freiriano era visto como uma ameaça subversiva que necessitava ser desmontado. Isso se deve ao fato de que um Estado com características ditatoriais se utiliza de aparelhos, inclusive o educacional, não somente para limpar a sociedade daqueles que eram considerados subversivos, mas também para disseminar e sustentar o seu poder e sua ideologia por todos os poros da vida em sociedade. Nesse ambiente, os quadros repressivos dos órgãos da ditadura se constituíram como peças centrais no processo de desmontagem de “um quadro político antes marcado pelos avanços da educação politizada, nas organizações das Ligas Camponesas, no movimento político-cultural intenso, na participação decisiva da imprensa, na organização sindical, entre outros” (Scocuglia, 2020, p. 121). Diante do exposto, é flagrante o quanto a educação politizada e seus agentes eram vistos como ameaças ao Estado militarizado, que se instaurou a partir de 1964, perdurando por mais de 20 anos.

A verdade factual e a defesa da democracia

¹¹ Em 2011, foi criada através da Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e foi oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo foi investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura civil-militar brasileira.

¹² Depoimento de Wagner da Silva Teixeira durante a 126ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em parceria com a Comissão Nacional da Verdade no dia 30 de maio de 2014.

O método de alfabetização colocado em prática por Paulo Freire não somente tinha como mote apresentar a jovens e adultos o universo das letras, mas também politizá-los, fazendo-os perceber suas condições de excluídos da sociedade. Assim, Freire queria fazer com que esses jovens e adultos desenvolvessem as habilidades para poderem compreender sua realidade e, assim, ter condições de realizar um movimento crítico sobre mundo comum. Para desenvolver esse passo das minhas reflexões, irei realizar um diálogo com Paulo Freire a partir de um de seus ensaios intitulado “Do direito de criticar – Do dever de não mentir ao criticar”, copilado na obra *Política e Educação: ensaios*.

Paulo Freire inicia esse ensaio, apontando para o fato de que o direito de criticar deve estar intimamente associado ao dever de não faltar à verdade, uma vez que é um imperativo ético no processo de aprendizagem de nossa democracia que nossa crítica não deve se pautar sobre mentiras. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (Freire, 2011, p. 107). Desta forma, o primeiro dever que se tem diante de si quando se exercita o ato de criticar é “não mentir!” “Não mentir em torno do criticado, não mentir aos leitores nem a nós próprios. Podemos nos equivocar, podemos errar. Mentir, nunca” (Freire, 2001, p.31). Como desdobramento desse dever se encontra a necessidade de conhecermos o objeto de nossa crítica, afinal, como exercer a ação de criticar se não conhecemos, com profundidade, o “que” ou “quem” iremos emitir um juízo de valor? Freire nos adverte que mesmo que tenhamos ojeriza de uma pessoa... de um político X, não devemos criticá-lo a partir de mentiras.

Paulo Freire está nos advertindo para o fato de que construir um juízo crítico a partir de uma imagem falseada sobre alguma coisa ou alguém se configura como um contínuo trabalho “[...] contra a democracia, que não se constrói no falseamento da verdade” (Freire, 2001, p.31). Neste pequeno ensaio, escrito em 1992, Freire aponta para os riscos que a mentira traz, em seu âmago, para existência de um ambiente verdadeiramente democrático. O filósofo e educador antevê algo que se tornaria um fungo disseminado pelas modernas tecnologias da informação e que se alastra pela tessitura do tecido social: as *fake news*. As mentiras que mais trazem riscos à vida em comunidade são aquelas que dizem respeito aos assuntos de domínio público. Assim, as mentiras disseminadas pelos grupos de WhatsApp das “tias” têm um poder avassalador e, em questões de minutos, já se constituem em um poderoso ingrediente na construção da opinião pública.

O que vem a ser a verdade que deve direcionar o dever de criticar? Falar sobre um fato ocorrido, além de estimular o desenvolvimento daquilo que Arendt denomina de verdade factual, promove a sobrevivência do mundo. Diante de tal assertiva, podemos dizer que a construção da verdade do tipo factual realiza-se em duas frentes que, ao final se cruzam. Primeiro, fatos e eventos devem ser compreendidos como o resultado daquilo que os seres humanos realizam de maneira conjunta, que constitui a verdadeira tessitura do domínio público. Segundo, verdades factuais necessitam da comprovação de outras pessoas, uma vez que essas verdades são oriundas de eventos circunstanciais, em que muitos atores e espectadores estão envolvidos. Esses fatos, para se tornarem verdades, precisam ser sustentados pela comprovação de testemunhas oculares, registros e documentos, ou seja, há a necessidade de que se construa um argumento sobre eles, que se fale sobre o que ocorreu. Em outras palavras, as ações dos seres humanos em conjunto constituem aquilo que Arendt denomina de fatos e eventos os quais, para serem alçados ao patamar de verdades factuais, precisam que muitos falem sobre esses eventos e, assim, deem o seu testemunho verificativo. Portanto, o testemunho eleva um fato à categoria de verdade factual e este, após passar pelo processo de de-sensorialização e de-espacialização¹³, se constituirá em mais um artefato do *palácio da memória*: uma matéria

¹³ Segundo Bethânia Assy, “A diferença entre a mera apreensão de uma imagem e o ato deliberativo de lembrar por meio da atividade de pensar remete, por analogia, a reconsiderar a distinção entre percepção passiva e ativa”. Assim, “A capacidade de ‘de-sensorializar’ (*de-sense*) um objeto sensorial (*sense-object*), ele mesmo nunca aparente ao espírito, transforma o objeto, aparente aos sentidos, em uma imagem que pertence à imaginação. Essa operação, executada pelo que Arendt denomina de ‘imaginação reprodutiva’, remete-nos a ideia de que o

prima que será manipulada pela faculdade de pensamento, na busca por significar a realidade. Diante do exposto, percebemos que para Hannah Arendt todo pensamento sempre implica lembrança, pois todo pensar é um re-pensar. Assim, “o resultado da compreensão [pensamento] é o significado à medida que tentamos nos reconciliar com o que fazemos e com o que sofremos” (ARENDR, 1993, p.40).

Falsear a verdade factual tem como mote criar embutes que impossibilitarão que a faculdade de pensar signifique a realidade tal como ela foi forjada pela ação de homens e mulheres no mundo comum. Se, para Arendt, pensar configura-se como uma atividade que se volta sobre as memórias armazenadas de fatos ocorridos, falsear a verdade dos fatos constitui-se em um risco iminente à busca humana de se reconciliar com a realidade, pois, nesse ambiente falseado, estaremos sempre buscando o significado da “quadratura” do círculo... o significado da “revolução” que salvou o Brasil da ameaça comunista.

Considerações Finais

Minha motivação em me voltar reflexivamente para o período ditatorial, que assolou o Brasil por mais de duas décadas, deixando um rastro de graves violações dos direitos humanos e políticos, está no fato de que me coaduno com as reflexões contidas na obra de Le Goff *História e Memória* e acredito piamente que não se pode separar o presente do passado, numa tentativa inútil de esquecer o tempo em que nosso país vivenciou os horrores de um regime de exceção. Assim, passado e presente são inseparáveis, principalmente para uma sociedade, como a nossa, onde as feridas abertas por mais de vinte anos de regime ditatorial ainda não foram cicatrizadas, o que pode ser atestado quando vemos que, ainda hoje, há aqueles que clamam por uma intervenção militar¹⁴ para “curar” as mazelas sociais.

A assertiva que aponta que é inútil e infrutífera a tentativa de separar o presente do passado é corroborada quando nos voltamos para o fato incontestável que, estruturalmente, o Estado brasileiro, ao longo da República, se revestiu de um autoritarismo militarizado, o qual, de tempos em tempos, se recrudescer, apontando para a terrível certeza de que mesmo não ocupando o centro do poder político em nosso país, as forças armadas nunca deixaram de atuar nos bastidores das decisões políticas mais fulcrais. Nosso cenário político é marcado por oscilações constantes entre “suspiros democráticos e intervenções autoritárias, sejam ditaduras explícitas ou situações similares” (Telmo; Noll, 2020, p.3). Isso se deve ao fato de que os fenômenos que são experienciados em nossa esfera pública serem, constantemente, contaminados por uma estrutura social marcadamente autoritária, violenta, desigual, preconceituosa e discriminatória. É a partir desse cenário que podemos afirmar que muitas das decisões que são tomadas em âmbito político são orquestradas na “coxia”, quando a alta burguesia, apoiada pela classe conservadora, trama ajustes que os mantém com seu *status quo*.

entreposto da memória reflete uma percepção passiva, ou seja, a ‘habilidade ainda mais elementar de des-sensorializar e de ter presente diante (e não apenas em) do seu espírito o que está fisicamente ausente’. Por outro lado, apesar de diretamente dependente da imaginação reprodutiva, Arendt nomeia uma ‘imaginação produtiva’, que promove a seleção deliberativa, a relocação e a atribuição de sentido a uma imagem” (Assy, 2015, p. 62 e 63).

¹⁴ “Desde a noite de terça-feira [02 de novembro de 2022] um grupo de bolsonaristas protesta em frente ao Comando Militar do Sudeste, próximo ao Parque Ibirapuera e à Assembleia Legislativa em São Paulo. Com gritos de ‘intervenção militar já’ e ‘eu autorizo’, a manifestação nesta quarta-feira 2 já reúne centenas de apoiadores do presidente derrotado. O ato já interdita a Avenida Sargento Mário Kozel Filho e a Rua Nábia Abdala Chohfi. Os manifestantes exibem faixas pedindo a intervenção das forças armadas no processo eleitoral e, também, uma intervenção militar no resultado da eleição deste último domingo, que elegeu Lula como futuro presidente. A Polícia Militar acompanha o ato e controla o tráfego nas ruas internas ao Monumento dos Bandeirantes, no mais, o trânsito ao redor das vias interditadas é lento” (CARTACAPITAL, Bolsonaristas protestam em frente ao Exército e pedem intervenção militar em São Paulo, 02 de novembro de 2022. Acesso em 15 de maio de 2023. Disponível em: www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaristas-protestam-em-frente-ao-exercito-e-pedem-intervencao-militar-em-sao-paulo/).

“Dessa forma, a elite¹⁵ econômica e política continua controlando substancialmente o Estado, mesmo quando da presença de governos mais progressistas como Vargas, Kubistchek, João Goulart, Lula e Dilma” (Telmo; Nolli, 2020, p.5).

O trabalho de alfabetização de jovens e adultos na cidade de Angicos fez com que Paulo Freire percebesse com profundidade os sintomas da estrutura social opressora e autoritária sobre boa parte da sociedade que é oprimida e invisibilizada. Essa estrutura social impede que o oprimido pense e, assim, seja incapaz de se reconhecer e conhecer sua condição se sujeito massacrado pelas estruturas sociais excludentes.

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (Freire, 2011, p.48).

Para Paulo Freire, a educação não pode ter um caráter neutro, mas, ao contrário, deve sempre ter um caráter político, pois é pela educação que se realiza um resgate da autêntica subjetividade e da possibilidade de ser alguém que colabora pela conservação de um mundo que existia antes de sua chegada mas, ao mesmo tempo, ser alguém capaz de deixar sua marca, de trazer o novo no mundo já existente.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *A Dignidade da Política*. Trad. Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- ARENDDT, Hannah. *Compreender, formação, exílio e totalitarismo*. Tradução de Denise Bottmann. Belo Horizonte: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDDT, H. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ASSY, Bethânia. *Ética, Responsabilidade e Juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. Os limites discursivos do “sexo”. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Edições N-1, 2020.
- DIAS, Thiago. Desinformação (*fake news*) e alienação do mundo: reflexões a partir do uso do *whatsapp* na eleição de Bolsonaro. *Revista Reflexões*, ano 11, nº 21 - Julho a Dezembro de 2022, p. 41-61.
- DOMINGUES, Ivan. *Filosofia no Brasil: Legados & perspectivas – Ensaios Metafilosóficos*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CARTA CAPITAL. *Bolsonaristas protestam em frente ao Exército e pedem intervenção militar em São Paulo, 02 de novembro de 2022*. Disponível em: www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/bolsonaristas-protestam-em-frente-ao-exercito-e-pedem-intervencao-militar-em-sao-paulo/. Acesso em 15 de maio de 2023.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação: ensaios*. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- GOMES, Walmir Marcolino; MULLER, Antônio José. Paulo Freire: do (re)exílio brasileiro às cátedras norte-americanas. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 21, p. 395-412, 2019.
- KANT, Emmanuel. *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*. Campinas, Papirus, 1993.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- MARGUTTI, Paulo. Filosofia brasileira e pensamento descolonial. *Sapere aude – Belo Horizonte*, v. 9 – n. 18, p. 223-239, jul./Dez. 2018.

¹⁵ “O conceito de elite é de difícil definição. Elite inclui, aqui, representantes de grupos que dominam o grande capital financeiro, industrial, comercial, latifundiários, entre outros” (Telmo; Nolli, 2020, p.14).

MAZZA, Débora; SPIGOLON, Nima Imaculada. Educação, exílio e revolução: o camarada Paulo Freire. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 03, n. 07, p. 203-220, jan./abr. 2018.

PASSOS, Fábio A. *A faculdade do Pensamento em Hannah Arendt: implicações políticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

PINA, Rute. Por que as ideias de Paulo Freire ainda incomodam? *Brasil de Fato*, 31out. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/31/por-que-as-ideias-de-paulo-freire-ainda-incomodam/>. Acesso em: 14 maio 2019.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. *Democracia, ditadura e histórias da educação do tempo passado/presente*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

TELMO, Marcon; NOLLI, Marcelo Ricardo. Tensões entre emancipação e autoritarismo: contribuições de Paulo Freire. *Olhar de Professor*, vol. 23, 2020, p. 1-16.

Doutor em Filosofia pela UFMG, 2013
Professor do Departamento de Filosofia da UFPI
Professor do PPG Filosofia da UFPI
E-mail: fabiopassos@ufpi.edu.br